

A DISPUTA DE SENTIDO ENTRE “IMPEACHMENT” E “GOLPE”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE ENUNCIADOS PARTIDÁRIOS SOBRE A CRISE POLÍTICA DE 2016 ¹

THE DISPUTE OVER MEANING BETWEEN “IMPEACHMENT” AND “COUP”: A DISCURSIVE ANALYSIS OF PARTY *UTTERANCES* ABOUT THE 2016 POLITICAL CRISIS.

Rodrigo Alan Feltrin FERRAZ
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP / LAEL)
rodrigofeltrinferraz@gmail.com

Elisabeth BRAIT
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP)
bbrait@uol.com.br

RESUMO

Este artigo examina a disputa de sentidos em torno das designações “impeachment” e “golpe” na crise política brasileira de 2016, tomando o enunciado como unidade concreta da comunicação discursiva no Círculo de Bakhtin. O corpus reúne enunciados institucionais de partidos diretamente implicados (PSDB, DEM e PR; PT e PCdoB), publicados entre 2016 e 2017. Descrevem-se orientações temático-valorativas e marcas de avaliação e endereçamento ao destinatário coletivo, observáveis em escolhas lexicais, modalização, metáforas políticas e construções sintáticas. Os resultados indicam dois regimes contrastantes de avaliação pública, que sustentam efeitos de legitimidade e ilegitimidade.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político; signo ideológico; Bakhtin; Volóchinov; impeachment.

ABSTRACT

This article examines the dispute over meaning around the designations “impeachment” and “coup” during the Brazilian political crisis of 2016, taking the utterance as the concrete unit of discursive

¹ Este artigo deriva da dissertação de mestrado de Rodrigo Alan Feltrin Ferraz, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa (PUC-SP). O texto foi revisto e adaptado para publicação, mantendo suas premissas teóricas e conclusões gerais.

communication in the Bakhtin Circle. The corpus comprises institutional statements by parties directly involved (PSDB, DEM and PR; PT and PCdoB), published in 2016–2017. The analysis describes thematic-evaluative orientations and linguistic marks of evaluation and address to a collective audience, observable in lexical choices, modalization, political metaphors and recurrent syntactic patterns. Results point to two contrasting evaluative regimes that support effects of legitimacy and illegitimacy in public debate.

KEYWORDS: *political discourse; ideological sign; Bakhtin; Voloshinov; impeachment.*

1. Introdução

Em agosto de 2016, uma prolongada disputa política culminou na cassação do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). O processo de impeachment, antecedido por meses de mobilização social, dividiu o país entre grupos que defendiam a legalidade do impedimento e aqueles que o denunciavam como golpe. A coexistência dessas duas denominações — *impeachment* e *golpe* — para um mesmo acontecimento histórico constitui o ponto de partida deste estudo. Tal antagonismo terminológico, ao mesmo tempo político e discursivo, revela o modo como diferentes forças sociais projetam na linguagem seus valores e visões de mundo. Mais do que uma divergência lexical, trata-se de uma disputa discursiva pela definição pública do acontecimento político.

Segundo Valentin Volóchinov (1895-1936), “a palavra é fenômeno ideológico *par excellence*”, um “indicador sensível de mudanças sociais, capaz de fixar todas as suas fases” (Volóchinov, 2017, p. 98-100). Essa propriedade decorre da “dialética interna do signo”, pela qual cada palavra, “como Janus, tem duas faces” e torna-se especialmente reveladora em momentos de crise ou transformação (Volóchinov, 2017, p. 113). Assim, compreender a disputa em torno das designações *impeachment* e *golpe* implica examinar o funcionamento ideológico dos signos que as constituem, pois “é justamente no material da palavra que se pode explicar, do melhor modo possível, as principais formas ideológicas da comunicação sêmica” (Volóchinov, 2017, p. 99).

Partindo dessa perspectiva, este artigo analisa a disputa de sentidos em torno das designações *impeachment* e *golpe* à luz da teoria dialógica do discurso do Círculo de Bakhtin, tomando o enunciado como unidade concreta da comunicação discursiva. O *corpus* reúne textos institucionais publicados entre 2016 e 2017 por partidos diretamente implicados no processo (PSDB, DEM e PR; PT e PCdoB), e a análise descreve, em excertos, (i) o recorte temático-valorativo que

torna o acontecimento inteligível e (ii) marcas linguísticas de avaliação e de endereçamento ao destinatário coletivo, com ênfase na entonação e em seus correlatos textuais (léxico, modalização, construções sintáticas e paralelismos).

A permanência dos signos *impeachment* e *golpe* no debate público quase uma década após os acontecimentos confirma a relevância de revisitá-los sob uma perspectiva linguístico-discursiva. A disputa em torno desses termos, reatualizada em contextos políticos recentes, evidencia a vitalidade dos conceitos do Círculo para compreender como os conflitos ideológicos se materializam na linguagem.

O artigo organiza-se da seguinte forma: a seção 2 retoma o conceito de enunciado e discute o vínculo entre signo, ideologia e valor social; a seção 3 apresenta o *corpus* e os procedimentos metodológicos; a seção 4 analisa os discursos do *impeachment* e do *golpe*; e a seção 5 reúne as considerações finais.

2. O enunciado

Entre os autores do Círculo de Bakhtin, Bakhtin e Volóchinov convergem na compreensão de que a comunicação social se realiza em enunciados concretos, produzidos na interação verbal e orientados para o outro. Cada autor, contudo, alcança essa formulação por vias teóricas próprias.

Em *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2016, p. 11-12) define o enunciado como a forma pela qual o uso da língua se realiza nos diferentes âmbitos da atividade humana. Ele é a “unidade real da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016, p. 22) e o “elo na cadeia da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016, p. 46). Distingue-se da oração porque não pertence ao sistema abstrato da língua, mas à esfera social de sua utilização: tem fronteiras definidas pela alternância dos sujeitos, realiza-se em condições concretas de enunciação e se orienta ao outro, isto é, constitui um elo na cadeia da comunicação discursiva, apresentando plenitude semântica e responsividade.

Volóchinov, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, parte do problema da ideologia e de sua materialidade linguística. Todo fenômeno ideológico possui significação, pois “onde não há signo também não há ideologia” (Volóchinov, 2017, p. 93). O signo é, assim, a realidade material da ideologia e existe apenas na interação social. O enunciado, que o autor denomina discurso verbal, é a forma concreta dessa interação, manifestando-se nas conversas cotidianas, nos discursos públicos e nas produções culturais que representam e refratam a realidade social.

A consequência dessa perspectiva é que a linguagem, sendo fenômeno social, não reflete passivamente o mundo, mas o interpreta segundo pontos de vista historicamente situados. O campo ideológico

coincide com o campo dos signos: toda palavra é, ao mesmo tempo, representação e avaliação. Como afirma Volóchinov, “onde há signo há também ideologia; tudo que é ideológico possui significação símica” (Volóchinov, 2017, p. 98).

Dessa síntese decorre que o enunciado é, simultaneamente, unidade linguística e unidade ideológica, pois articula o signo às condições concretas de sua produção e circulação e o inscreve numa orientação socialmente avaliada. Para fins analíticos, este artigo descreve, nos excertos selecionados, o recorte temático-valorativo pelo qual o acontecimento é interpretado e as marcas linguísticas que tornam essa orientação apreensível, com ênfase na entonação e em seus correlatos textuais, tais como escolhas lexicais, modalizadores, paralelismos e formas de endereçamento ao destinatário coletivo.

3. Corpus e metodologia

O corpus foi reduzido, por critérios de saturação temática e equilíbrio entre polos discursivos, a um conjunto de enunciados oficiais publicados por partidos diretamente envolvidos na crise de 2016. O material selecionado compreende: (i) enunciados do campo que caracteriza o processo como impeachment (PSDB, DEM, PR) e (ii) enunciados do campo que o caracteriza como *golpe* (PT, PCdoB). A redução privilegiou peças mais densas e reiterativas dos respectivos léxicos avaliativos, mantendo representatividade interpartidária e variedade de formatos (nota, manifesto, notícia institucional, editorial partidário).

Considerando a descontinuidade de alguns portais partidários (como DEM e PR), optou-se por utilizar, nesses casos, fontes secundárias oficiais, como matérias da Agência Senado e da Agência Brasil, que reproduzem as declarações originais. Essa decisão visa preservar o conteúdo discursivo sem prejuízo da rastreabilidade.

Os textos não foram analisados em sua integridade textual. Empregou-se leitura integral para mapeamento e, em seguida, análise por excertos: selecionaram-se trechos que condensam orientação temático-valorativa (escolhas lexicais recorrentes, modalizadores de certeza, metáforas organizadoras, apelos ao auditório, invocações à Constituição/soberania popular), preservando-se a ordem interna do excerto e seu contexto imediato. O procedimento atende ao objetivo de contrastar regimes de enunciação sem alongar a exposição, reduzindo redundâncias e evitando sobreposição de passagens equivalentes.

O recorte temporal permanece circunscrito a publicações de 2016–2017 (crise e reverberação imediata), verificadas em sua disponibilidade on-line no período 2017–2019, e revistos em 2025. A autoria individual não é variável de interesse: mesmo quando

assinados, os textos são tratados como fala institucional; menções a parlamentares figuram como vozes citadas dentro do enunciado.

Esse desenho metodológico permite examinar a materialidade linguística (entonação, léxico, modalização e paralelismos) com economia expositiva, identificando como os dois polos projetam, nos signos *impeachment* e *golpe*, valorações concorrentes sobre legalidade, legitimidade e soberania.

4. Análise dos enunciados

4.1. Tema e valoração

A análise dos enunciados partidários sobre a crise política de 2016 parte da observação de que as designações *impeachment* e *golpe* não constituem apenas escolhas terminológicas distintas para nomear um mesmo acontecimento histórico. A destituição da presidenta Dilma Rousseff é aqui tomada como fato político determinado; o que se encontra em disputa nos enunciados analisados são os modos de interpretá-lo, avaliá-lo e torná-lo inteligível no debate público. Assim, a escolha de um ou outro termo não opera como simples denominação, mas como forma de organizar discursivamente o acontecimento e de orientar sua avaliação social.

Nesse sentido, cada designação projeta sobre o episódio de 2016 uma orientação temático-valorativa própria. A palavra *impeachment*, no campo discursivo que a privilegia, é associada à ideia de responsabilização institucional e de cumprimento das normas constitucionais. O termo remete ao instituto jurídico de destituição de autoridades previsto em regimes presidencialistas e regulamentado, no caso brasileiro, pela Constituição de 1988 e pela legislação correlata. Nos enunciados que adotam essa designação, a referência ao ordenamento jurídico funciona como princípio organizador da interpretação do acontecimento: o processo é tematizado como procedimento legal e apresentado como expressão da regularidade institucional.

Essa orientação se materializa por meio de diferentes marcas linguísticas recorrentes. A presença de vocabulário jurídico e institucional, a invocação reiterada da Constituição, a menção a ritos processuais e a autoridades judiciais e parlamentares e o uso de modalizadores de certeza constroem uma narrativa em que o *impeachment* aparece como consequência necessária de um desvio administrativo e como prova da vitalidade das instituições democráticas. A legalidade, nesse contexto, não é apenas mencionada como base normativa do processo; ela é valorada positivamente como fundamento da legitimidade política e como garantia de estabilidade institucional.

A designação *golpe*, por sua vez, organiza o acontecimento segundo outra orientação interpretativa. Em sentido amplo, a expressão “golpe de Estado” é utilizada na tradição histórica e política para designar rupturas da ordem constitucional conduzidas por atores que controlam aparelhos institucionais do Estado. Nos enunciados partidários que empregam esse termo para caracterizar o episódio de 2016, o acontecimento é interpretado como forma contemporânea de ruptura política realizada sob aparência institucional. A valoração negativa do processo não decorre da recusa do léxico jurídico, mas da dissociação entre legalidade formal e legitimidade democrática.

Nesse campo discursivo, referências à Constituição, ao voto popular e ao Estado de Direito aparecem frequentemente associadas a termos como “farsa”, “manobra”, “atropelo” ou “golpe parlamentar”. O vocabulário jurídico é, portanto, reinscrito em chave acusatória: o que no discurso adversário é apresentado como cumprimento da lei surge aqui como uso instrumental da legalidade para produzir uma ruptura política. Essa operação discursiva permite interpretar o impeachment como processo formalmente conduzido pelas instituições, mas avaliado como ilegítimo por violar o princípio da soberania popular.

Ao mesmo tempo, os enunciados que adotam a designação *golpe* frequentemente situam o acontecimento em uma narrativa histórica mais ampla. Analogias com episódios anteriores da história política brasileira e latino-americana — como o golpe de 1964 ou outras intervenções institucionais contra governos populares — contribuem para enquadrar o processo de 2016 como continuidade de um padrão histórico de conflito entre projetos políticos distintos. Nesse enquadramento, o acontecimento é interpretado não apenas como decisão institucional pontual, mas como episódio de uma disputa mais ampla envolvendo elites políticas, interesses econômicos e participação popular.

A oposição entre *impeachment* e *golpe* não deve, portanto, ser entendida como pura divergência na definição sobre o significado objetivo do evento, mas como confronto entre diferentes formas de organizá-lo discursivamente. Cada designação seleciona aspectos específicos do processo político, atribui-lhes determinada orientação avaliativa e os insere em narrativas que articulam legalidade, legitimidade e democracia de maneiras distintas.

Em termos próximos aos formulados por Volóchinov, trata-se da refração de uma mesma realidade política por orientações sociais divergentes. O acontecimento histórico permanece o mesmo, mas sua inteligibilidade pública é construída por meio de entonações sociais contrastantes, que se manifestam na escolha das palavras, na organização argumentativa e nos modos de endereçamento ao destinatário coletivo. A análise dos enunciados partidários permite, assim, observar como essas orientações se materializam na linguagem

e como participam da disputa pela definição pública do episódio político de 2016.

4.2. O discurso do impeachment: a entonação da legalidade

O discurso do impeachment, constituído pelos enunciados oficiais dos partidos PSDB, DEM e PR, constrói uma narrativa política centrada na defesa da legalidade institucional e na moralização da vida pública. A destituição da presidenta Dilma Rousseff é representada, em todos os textos analisados, como ato legítimo e necessário à restauração da ordem republicana. A lei, as instituições e o “povo” aparecem como eixos simbólicos que sustentam a legitimidade do processo. A tônica geral é a de um discurso legalista, no qual moralidade, racionalidade jurídica e vontade popular convergem, apagando tensões políticas e apresentando o impeachment como evento cívico e inevitável.

O artigo “Página virada” (PSDB, 2016a) inaugura a valoração típica desse campo discursivo. A abertura “estamos vivendo um desses históricos momentos da nossa República” investe o acontecimento de solenidade, utilizando termos como *imortalizado* e *consagração* para transformar o julgamento parlamentar em rito fundador da democracia. O autor afirma que o 31 de agosto de 2016 foi “a consagração da nossa jovem democracia”, sinalizando que o impeachment não ameaça o regime, mas o renova. O tom é celebratório e cívico: a alternância de poder é apresentada como confirmação da normalidade institucional. Em seguida, o texto reforça a apropriação da voz popular: “Vimos a população brasileira indo às ruas de maneira pacífica e espontânea”. A “população” é, no entanto, apenas aquela que apoiava o afastamento, mas é enunciada como totalidade nacional. Assim, a adesão popular legitima o processo e transforma uma decisão congressional em expressão direta da vontade do povo. A descrição do povo “pacífico” também tem função defensiva: elimina a hipótese de golpe e associa o evento à ideia de civilidade e ordem.

O mesmo artigo sublinha que as “instituições cumpriram suas funções de maneira ativa e honrada”. A Câmara e o Senado são personificados como sujeitos morais “altivos”, “honrados”, “imparciais”, o que reforça a equivalência entre moral e legalidade. A legitimidade se baseia na correção do rito, na condução formal do processo e na “imparcialidade” de seus agentes. Ao longo do texto, o cumprimento da lei é narrado como prova de virtude cívica. A legalidade aparece, portanto, não como limite do poder, mas como valor moral. O autor insiste que o Senado encerrou “uma etapa da nossa história de maneira exemplar, em consonância com a vontade popular”. O bicameralismo, ou seja, a atuação sucessiva das duas casas legislativas, é tratado como símbolo de harmonia democrática, e o voto parlamentar é apresentado como voz unânime da nação. A ex-presidenta, por sua vez, é responsabilizada por “muita corrupção e extrema má gestão”, causas

diretas do colapso econômico. A crise econômica torna-se a tradução empírica do “crime de responsabilidade fiscal”. O discurso legalista transforma o desajuste fiscal em pecado moral: o descontrole financeiro é “rompimento com a legalidade”, e punir a presidenta é restaurar a moral pública.

Quando o texto denuncia que alguns senadores “optaram por rasgar a Constituição” ao manter os direitos políticos de Dilma, reafirma o valor supremo da lei. A Constituição é tratada como instância absoluta, “para todos”, expressão repetida em “a lei é para todos”. Essa universalidade abstrata reforça o caráter de neutralidade do processo e exclui o conflito social: a lei seria igual para todos, e o cumprimento dos ritos parlamentares, sinônimo de justiça. O argumento de que “50 milhões de votos não bastam” para garantir legitimidade mostra a lógica interna dessa visão: o sufrágio é apenas uma etapa, e o verdadeiro critério de legitimidade está na observância das instituições representativas. A ideia de “reformas” surge como consequência natural da “página virada”. O país deve “reconstruir-se” e “resgatar a dignidade do povo”, agora reconciliado com o mercado e com os “empresários”. O futuro é descrito como racionalização do Estado e retorno à disciplina fiscal, o que revela o conteúdo de classe subjacente à valoração legalista: o bem comum coincide com os interesses do capital produtivo. A “confiança dos empresários” é apresentada como índice da moralidade restabelecida.

O artigo “Em dia histórico, Senado decide pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff” (PSDB, 2016b) retoma a mesma estrutura. Expressões como “dia histórico” e “julgamento conduzido pelo STF” funcionam como garantias de legitimidade. O texto atribui ao governo petista “descrédito internacional” e “crise jamais vista”, reiterando que o impeachment é efeito, e não causa, da crise. O enunciado “chega ao fim a era petista” combina julgamento político e moral. O uso de marcadores temporais (“13 anos e quatro meses no poder”) reforça o sentido de fechamento de ciclo e de regeneração. O autor enumera “erros” e “equívocos” da gestão petista, como a inaptidão política, promessas não cumpridas, corrupção, e os relaciona ao “rombo nas contas públicas”. Cita nominalmente os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, representantes da autoridade jurídica, para ancorar o processo em figuras da lei. O argumento central é que a presidenta cometeu “crime de responsabilidade contra a lei orçamentária”, e o julgamento é, portanto, ato técnico, não político. O discurso recusa o termo “golpe” e antecipa a acusação adversária: o afastamento seria resultado do “devido processo legal”, com “ampla defesa” e “votação histórica” de 367 deputados.

O artigo “Um ano livres do PT” (PSDB, 2017) consolida a leitura retrospectiva. Publicado pelo Instituto Teotônio Vilela, Think Tank do

partido, o texto celebra o primeiro aniversário do impeachment como marco da "libertação nacional". A valoração é jubilosa: o país "se livrou de vez dos governos do PT" e ingressou em "nova era reformista". A presidenta é descrita como símbolo de "irresponsabilidade fiscal" e "herança maldita". O impeachment é o ponto zero de uma reconstrução moral e econômica: "já há o que comemorar". A "queda da inflação" e o "controle da Selic" são provas materiais da correção da decisão política. A moralidade pública e o êxito econômico aparecem como duas faces de uma mesma racionalidade. A "reforma trabalhista", o "teto de gastos" e o "novo marco regulatório do pré-sal" são apresentados como conquistas do pós-impeachment, enquanto o período anterior é resumido como "13 anos de desgoverno". A repetição do número "13" (símbolo eleitoral do PT) assume valor simbólico negativo. O artigo conclui conclamando os eleitores a "preservar o país nos trilhos da recuperação", isto é, a legitimar eleitoralmente a narrativa do impeachment.

Nos enunciados do DEM, a valoração legalista ganha tonalidade moral e emocional. Como registrou a *Agência Senado* (2016a), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) declarou que o impeachment encerrava "o maior desastre político-administrativo do país" e ainda "O PT acredita que tem o dom de interpretar os fatos e acusa todos que não comungam com ele. Estamos assistindo a uma inversão completa de valores." A linguagem do valor substitui a do direito: "valores", "credibilidade", "moralidade" tornam-se equivalentes de "legalidade". A presidenta é acusada de "quebra protocolar" e de "se vestir de juíza dos juízes", isto é, de ultrapassar sua competência institucional. A legitimidade do impeachment é reforçada pelo contraponto moral: corrigir a "inversão de valores" é restaurar a lei. Como registrou a *Agência Senado* (2016b), o senador Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou que "com o impeachment, o Brasil vira a página de uma crise política". No artigo "Fim do ciclo petista dá esperança ao Brasil, diz Marcos Rogério", o termo "esperança" introduz uma dimensão afetiva: o cumprimento da lei é também redenção espiritual. O deputado declara que o impeachment "põe fim à recessão e ao desemprego" e "inicia uma fase de retomada". A corrupção é definida como "crise ética, moral e econômica", tríade que unifica todos os males sob uma única causa. A retórica do "projeto de poder" e do "assalto aos cofres públicos" reforça a equivalência entre imoralidade e ilegalidade. O adversário é apresentado como usurpador; o impeachment, como purificação. Segundo a *Agência Brasil* (2016), o deputado Sóstenes Cavalcante afirmou que o impeachment "libertava o país de um governo desastroso. "Para Sóstenes, Brasil está livre de governo que assolou o país", a alegria popular é tematizada: o dia do julgamento é "histórico", "traz satisfação e prazer ao povo brasileiro". A ênfase na emoção, usando termos como "alegria", "esperança", "orgulho nacional", transforma a

decisão jurídica em celebração patriótica. O deputado afirma que o PT “destruiu os fundamentos da moralidade, da ética e da boa política”, fundindo novamente ética e legalidade. A esperança é apresentada como dever moral e o impeachment, como cura coletiva.

Os textos do PR mantêm o mesmo eixo, mas em tom mais técnico e institucional. Em “Wellington Fagundes defende vitalidade para as instituições em votação do impeachment” (Agência Senado, 2016c), o senador declara que “o Brasil tem apresentado instituições fortes e poderes que se respeitam e se completam”. A justificativa de voto é inteiramente baseada no funcionamento regular das instituições. Termos como *transparência* e *boa governança* traduzem a legalidade em racionalidade administrativa. O discurso assume feição tecnocrática: o impeachment é uma exigência de “ética” e “responsabilidade fiscal”. O texto “Magno Malta prevê 63 votos favoráveis ao impeachment de Dilma na batalha final” (Agência Senado, 2016d) mistura jargão político e metáfora bélica. A “batalha final” é luta moral e patriótica, e o parlamentar promete “trazer tranquilidade à população que foi às ruas pedir o impeachment”. A nação “sofre crise emocional, política e jurídica”, tríade que repete a justaposição entre moral e direito. O vocabulário é mobilizador: “grito”, “batalha”, “tranquilidade”, e aproxima o parlamentar do povo como intérprete de sua indignação.

Por fim, “TV-PR: Quintella faz a defesa da legalidade no impeachment” (Agência Senado, 2016e) declara explicitamente o núcleo valorativo do campo discursivo: “defesa da legalidade”. O deputado afirma: “Juramos na Constituição da República defendê-la, e essa é nossa missão principal.” O texto está saturado de léxico jurídico, com termo como “denúncia”, “ampla defesa”, “rito processual”, “ordem”, “Comissão soberana”. A legalidade é o próprio tema, não apenas a justificativa. O processo é descrito como cumprimento exemplar da Constituição, “decidindo o que for melhor para o povo brasileiro”.

A entonação dos enunciados do impeachment segue um padrão relativamente estável. Predominam períodos assertivos, vocabulário institucional e modalizadores de certeza, como “é evidente”, “não há dúvida” ou “todos entendemos que”, que produzem efeito de consenso e de inevitabilidade. O destinatário projetado é um público que valoriza estabilidade institucional, previsibilidade jurídica e responsabilidade administrativa. Nesse enquadramento discursivo, a legalidade não aparece apenas como fundamento normativo do processo, mas como princípio que organiza a interpretação do acontecimento. A destituição presidencial é apresentada como resultado natural do funcionamento das instituições e como reafirmação da moralidade pública. O léxico reiterado — “legalidade”, “democracia”, “responsabilidade”, “reformas”, “ordem”, “esperança” — compõe uma rede semântica que tende a reduzir o conflito político à restauração da normalidade institucional. O acontecimento é narrado como encerramento de um ciclo e início de

outro, em que o Estado recuperaria sua racionalidade administrativa e o país retomaria o caminho da estabilidade econômica e política.

4.3 O discurso do golpe: a entonação da resistência

O discurso do golpe, composto pelos enunciados do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), estrutura-se em torno de uma valoração político-histórica que contrapõe a narrativa legalista do impeachment. A destituição da presidenta Dilma Rousseff é interpretada não como cumprimento da lei, mas como ruptura da soberania popular e restauração do poder das elites econômicas e midiáticas. A ideia central é que o impeachment representa uma forma contemporânea de golpe, o “golpe branco” ou “golpe parlamentar”, conduzido dentro das instituições, mas contra a democracia. Enquanto o discurso do gol legitima o processo pelo funcionamento das instituições, o discurso do golpe redefine a própria noção de democracia: ela não é o respeito ao rito jurídico, mas a expressão da vontade das massas, do voto e da soberania popular. O vocabulário e a entonação dos textos privilegiam termos de mobilização como *povo, luta, resistência, trincheira, elites, soberania, direitos, democracia popular*, em contraste com a centralidade do léxico jurídico no campo adversário. A avaliação do acontecimento insere-se em uma leitura de longa duração da história política brasileira, que vê o episódio de 2016 como mais uma etapa da luta entre classes dominantes e camadas populares.

Nos enunciados do PT, a narrativa da ruptura e da resistência é a estrutura dominante. A “Carta da Frente Brasil Popular à Presidenta Dilma Rousseff” (PT, 2016a) formula explicitamente a tese do golpe e apresenta os elementos fundamentais da valoração política. O título “Carta de apoio à presidenta legítima” já condensa a posição: se Dilma é legítima, sua deposição só pode ser ilegítima. O texto afirma que os senadores “atropelaram o resultado eleitoral” e “sacramentaram o mais grave retrocesso político desde o golpe militar de 1964”. A analogia histórica com 1964 insere o evento de 2016 na genealogia dos golpes latino-americanos, reiterando que a ruptura democrática se dá agora sob aparência legal. O vocativo “Companheira presidenta” e a palavra de ordem “Fora, Temer!” definem o auditório como militantes, trabalhadores, movimentos sociais, e produzem proximidade simbólica entre enunciador e destinatário. A linguagem é inclusiva e afetiva, marcada por expressões do cotidiano (“como dizem as ruas”), o que confere autenticidade popular e reforça a distância entre a “voz das ruas” e a “voz das elites”. A Constituição, ao contrário do discurso do impeachment, aparece como documento traído: o impeachment é “um golpe parlamentar contra a Constituição e a soberania popular”.

O texto descreve a ruptura como ação das “forças mais reacionárias” e das “elites econômicas empenhadas em ampliar sua

margem de lucro através da destruição de direitos e conquistas do povo brasileiro”. O conflito é formulado em termos de luta de classes: elites e povo, lucro e direitos, capital e trabalho. A ideia de que o golpe é também antipatriótico e antinacional reforça a tese de submissão do novo governo aos “centros imperialistas”, categoria recorrente que situa o episódio em perspectiva internacionalista. A retórica da resistência organiza o desfecho da carta: “Perdemos uma batalha, mas a resistência apenas começa”. O enunciado combina futuro e certeza, como “o povo será capaz de rechaçar seus planos”, produzindo efeito de mobilização e esperança combativa. A palavra *trincheira*, usada na conclusão (“do mesmo lado da trincheira e da história”), confere ao texto o tom de manifesto e transforma a derrota em ponto de partida para a luta política. A valoração é de combate: o golpe é resultado de um antagonismo histórico, e sua resposta deve vir da ação popular.

O “Manifesto em Defesa do Estado Democrático de Direito” (PT, 2016b) complementa essa valoração com vocabulário acadêmico e racionalizante. Redigido por professoras universitárias e apoiado por intelectuais como Jürgen Habermas e Nancy Fraser, o texto se ancora na autoridade simbólica da filosofia política e dos direitos humanos. O impeachment é descrito como “golpe revestido de processo legal”, fórmula que sintetiza a crítica central: a aparência de juridicidade encobre um conteúdo político de exceção. O manifesto afirma que o processo é “reação da direita aos ganhos sociais e democráticos dos últimos anos” e denuncia a “manipulação da opinião pública pela grande mídia”. As elites econômicas e midiáticas, apoiadas em setores do Judiciário, teriam instrumentalizado o discurso anticorrupção para restaurar um projeto de classe. A corrupção, portanto, é ressignificada: não é crime moral a ser punido, mas pretexto retórico usado para mascarar interesses políticos. A argumentação recorre à história recente “52 anos depois do golpe militar, o povo brasileiro se vê frente a nova ruptura”, conferindo à narrativa continuidade e legitimidade histórica. O texto também introduz um ponto essencial: a dissociação entre legalidade e legitimidade. As “irregularidades contábeis” imputadas à presidenta não configuram crime de responsabilidade, e por isso o processo é “ilegítimo”. A democracia, aqui, não se define pelo respeito formal às regras, mas pela fidelidade ao voto e à soberania popular. O impeachment é “golpe branco” porque mantém a forma do direito e viola seu conteúdo.

A “Nota do PT sobre a admissão do impeachment no Senado” (PT, 2016c), assinada por Rui Falcão, explicita o papel do partido na convocação da resistência popular. O título “Comunicado ao povo brasileiro” indica o destinatário coletivo e o tom pedagógico. O texto abre com a afirmação de que “as elites pisoteiam o voto popular” e “impõem um governo ilegítimo”. A antítese entre povo e elites organiza todo o enunciado. O governo interino é apresentado como “farsa

institucional”, conduzida pelos “piores expoentes das oligarquias e da mídia monopolizada”. O enunciador se dirige diretamente a “trabalhadores do campo e da cidade, intelectuais progressistas, juventude e mulheres”, nomeando seu auditório em termos de classe e gênero. O léxico da luta, com termos como *mobilização*, *resistência*, *vanguarda*, *combate*, *ruas*, reitera que a legitimidade democrática nasce da ação popular. Ao final, o texto conjuga moralidade e legalidade popular: “Não descansaremos até que a presidenta eleita retorne ao comando do Estado, como é a vontade soberana e constitucional do povo brasileiro”. A Constituição é retomada, mas redefinida como expressão da vontade das urnas, e não como estrutura institucional.

Nos enunciados do PCdoB, o golpe é compreendido como projeto das elites e continuidade histórica da dominação de classe. O artigo “Unir sempre, dividir jamais” (PCdoB, 2016a) refuta a ideia de que o impeachment pacificou o país: “Todos aqueles que pensaram no afastamento da presidente Dilma como forma de restaurar a moralidade pública erraram feio.” A ironia e o paralelismo enfatizam a distância em relação ao discurso legalista. O governo de transição é descrito como “conjunto de homens ditos experientes obrigados a executar trapalhadas de principiantes”. O descrédito das novas autoridades reforça o argumento de que a destituição não trouxe estabilidade, mas desorganização e retrocesso. O autor descreve o novo programa econômico como “rentista, antipopular e antiestatal” e identifica medidas regressivas, como a mudança da idade mínima de 65 anos para aposentadoria, prevalência do negociado sobre o legislado e desvinculação do salário mínimo, que evidenciam o caráter de classe do governo sucessor. A mobilização sindical e popular é proposta como resposta: “unir sempre, dividir jamais”. O tom é de convocação coletiva e o auditório é o movimento sindical. O estilo é pedagógico e militante, ancorado na experiência histórica das lutas trabalhistas.

O texto “Nossa elite é pior” (PCdoB, 2016b) amplia a análise histórica e articula a crise de 2016 a um padrão recorrente da formação brasileira. O “golpe político-institucional” é descrito como expressão de uma elite “pré-capitalista, coronelista, avessa a qualquer avanço social”. O autor estabelece paralelos com a Independência, a escravidão e a Proclamação da República, afirmando que as elites sempre impediram o progresso social e submeteram o país a interesses externos. A valoração é histórica, onde o presente é lido como repetição estrutural do passado oligárquico. A corrupção, tema central do discurso do impeachment, é reinterpretada: “É essa mesma elite, corrupta por tradição, que se apegava a um suposto combate à corrupção para consolidar mais um golpe.” A crítica inverte o sinal de moralidade: quem invoca a lei o faz para mascarar sua própria dominação. O

Judiciário é acusado de dar “plena cobertura ao governo interino de Temer, apinhado de corruptos”. A base social do golpe é identificada na “classe média conservadora”, vista como intermediária entre as elites e o povo. O texto conclui de forma sarcástica: “Nossa elite consegue ser pior que suas congêneres mundo afora”, reforçando a dimensão nacional do diagnóstico.

Por fim, “128 dias de golpe: o assalto final” (PCdoB, 2016c) retoma o tom combativo e histórico. O texto descreve o impeachment como “farsa de fazer inveja ao tribunal da Inquisição” e compara o processo a julgamentos injustos do passado, associando o rito parlamentar à tradição autoritária. O golpe é definido não contra uma pessoa, mas contra um projeto popular: “Em 516 anos de história, o Brasil teve quatro mandatários com compromisso com as camadas populares: Getúlio, Jango, Lula e Dilma.” A destituição de Dilma é, assim, continuidade dos golpes de 1954 e 1964, todos promovidos pela “classe dominante” para preservar seus privilégios. O texto reitera que “os golpes militares estão fora de moda; agora há o golpe parlamentar”. A diferença é de forma, não de conteúdo. O autor denuncia o uso do Estado, e de “meios de comunicação, Judiciário e Legislativo”, como instrumentos de dominação de classe. O estilo é irônico e indignado, e o vocabulário combina termos históricos e morais — *farsa, quartelada, usurpadores, submissão, dominação*. O golpe é representado como fenômeno de continuidade histórica, não como exceção.

O discurso do golpe constrói, portanto, uma concepção de democracia fundada na soberania popular, na luta de classes e na memória histórica dos processos autoritários brasileiros. Seus temas centrais são: (1) o golpe como ação das elites nacionais e internacionais; (2) a ilegitimidade do processo, travestido de legalidade; (3) a resistência das massas e dos movimentos sociais como forma de restauração democrática; (4) a reiteração da história nacional de rupturas contra governos populares; e (5) a denúncia da mídia e do Judiciário como instrumentos da dominação de classe. O estilo é mobilizador, marcado por apelos diretos, paralelismos e repetições rítmicas. O auditório é popular e militante; o acontecimento é tematizado como luta política travestida de processo jurídico; e a valoração é de tipo histórico, isto é, interpreta o presente como produto de estruturas de longa duração. O signo “golpe” passa a concentrar uma significação ideológica que ultrapassa o evento de 2016: designa a permanência das oligarquias, a submissão nacional e a resistência popular como motor da história. Assim, enquanto o discurso do impeachment converte o direito em moral, o discurso do golpe converte a moral em política. O primeiro celebra a estabilidade das instituições; o segundo denuncia a estabilidade como disfarce da dominação. Ambos se reivindicam democráticos, mas partem de definições inconciliáveis:

uma concepção de democracia associada à forma institucional e outra vinculada à soberania popular e à dinâmica histórica do conflito social.

4.4. Entonações contrastantes: legalidade e ilegitimidade

Os enunciados produzidos durante a crise política de 2016 conformam dois campos discursivos antagônicos: o do impeachment e o do golpe. Ambos reivindicam a defesa da democracia, mas divergem quanto ao modo de concebê-la e quanto à origem da legitimidade política. O primeiro identifica a democracia ao cumprimento da lei e ao funcionamento regular das instituições; o segundo, à soberania popular e à resistência das classes trabalhadoras frente às elites econômicas e políticas. Essa oposição se realiza não apenas no plano argumentativo, mas também na própria entonação dos discursos: um de caráter normativo e solene, outro de natureza combativa e mobilizadora.

No discurso do impeachment, representado pelos enunciados do PSDB, DEM e PR, predomina uma valoração legalista e moralizante. A destituição da presidenta é apresentada como "ato exemplar" e "consagração da democracia", interpretada como momento de purificação e de reinício histórico. A lei, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal são investidos de autoridade moral e aparecem como instâncias de preservação da ordem republicana. O vocabulário é técnico e laudatório, como "rito processual", "responsabilidade fiscal", "honra", "ordem", "cumprimento da Constituição", e a entonação, solene, apoia-se em modalizadores de certeza ("é evidente", "não há dúvida") e em uma cadência oratória que combina patriotismo e pedagogia cívica. O povo é representado como totalidade mediada pelas instituições: sua legitimidade deriva do funcionamento regular dos mecanismos legais, não da ação direta. Desse modo, o impeachment converte o julgamento político em ritual jurídico, no qual o cumprimento da norma coincide com virtude pública. O país, ao "virar a página", reencontra a moralidade e reafirma a autoridade da lei como princípio de coesão nacional.

O discurso do golpe, veiculado pelo PT e pelo PCdoB, adota entonação de denúncia e resistência. A presidenta é nomeada como "legítima", enquanto o novo governo é chamado de "usurpador". Termos como "golpe parlamentar", "ruptura da ordem democrática" e "farsa legal" estruturam uma valoração negativa do processo, compreendido como antipopular e antinacional. A legalidade é tratada como aparência formal que encobre o conflito de classes, pois as elites, apoiadas pela mídia e pelo Judiciário, teriam destituído um governo eleito para restaurar a hegemonia de um projeto econômico conservador. A argumentação combina denúncia histórica e convocação coletiva, mobilizando vocábulos de engajamento, como "companheira", "luta", "resistência", "povo nas ruas", e recuperando paralelos com 1964, o colonialismo e a dependência externa. O

cumprimento da Constituição é reinterpretado como fidelidade ao voto popular e não como respeito aos ritos institucionais. A entonação alterna indignação e solidariedade, compondo uma voz plural, militante e afetiva, inscrita na tradição latino-americana de resistência às formas autoritárias de poder.

Esses dois campos constroem sentidos opostos de legitimidade. O discurso do impeachment opera segundo uma lógica de normalização: a lei é universal e abstrata, a moralidade se confunde com o dever jurídico e o Parlamento assume a voz da nação. Já o discurso do golpe parte da historicidade concreta: a lei é compreendida como instrumento das elites, a democracia só é efetiva quando enraizada na soberania popular e a moralidade reside na defesa dos direitos sociais. O primeiro discurso é declarativo e racionalizante; o segundo, performativo e insurgente. Ambos falam em nome da “democracia”, mas uma democracia concebida, de um lado, como estabilidade normativa e, de outro, como processo histórico-social de luta.

Do ponto de vista discursivo, o contraste revela o confronto entre dois regimes de enunciação: o institucional-normativo, que fala a partir do Estado e reafirma sua autoridade, e o popular-contestatório, que fala em nome da sociedade e contesta essa autoridade. O primeiro se expressa em léxico jurídico e modalizadores de certeza; o segundo, em verbos de ação coletiva e metáforas de resistência. A análise das entonações evidencia, assim, que cada discurso não apenas argumenta, mas encena um modo de significar a democracia: um Brasil reconciliado pela lei e outro cindido pela luta entre povo e elites.

5. Considerações finais

O percurso analítico deste estudo partiu da concepção do enunciado como unidade concreta e socialmente situada da comunicação discursiva para examinar a disputa de sentidos que se estabeleceu, na crise política brasileira de 2016, em torno das designações “impeachment” e “golpe”. O corpus, constituído por enunciados institucionais de partidos diretamente implicados no processo, analisados por meio de excertos selecionados a partir de leitura integral, permitiu observar como diferentes orientações temático-valorativas se materializam na linguagem ao nomear e interpretar um mesmo acontecimento histórico. O evento político — a destituição da presidenta Dilma Rousseff — constitui um fato histórico determinado; o que se revelou em disputa nos enunciados analisados foram os critérios de sua inteligibilidade pública, isto é, os modos de interpretá-lo e avaliá-lo discursivamente.

A análise evidenciou a presença de dois conjuntos relativamente coerentes de orientações discursivas. Em um deles, predominam enunciados que tematizam o acontecimento em termos de legalidade institucional, mobilizando léxico jurídico, modalizadores de certeza e

personificações das instituições como garantidoras da ordem democrática. No outro, predominam enunciados que interpretam o processo como ruptura da soberania popular, recorrendo a analogias históricas, vocabulário de mobilização política e referências ao conflito entre povo e elites. Essas orientações não se apresentam como simples escolhas lexicais, mas como formas de organizar a avaliação do acontecimento e de construir um determinado *ethos* político, reconhecíveis em recorrências de léxico avaliativo, em padrões de modalização, em paralelismos argumentativos e em modos específicos de endereçamento ao destinatário.

Nesse sentido, o estudo não pretende demonstrar pressupostos gerais da teoria do Círculo de Bakhtin, como a materialidade linguística da luta ideológica ou o caráter valorativo do signo verbal. Tais proposições constituem pontos de partida teóricos. A contribuição do trabalho consiste antes em explicitar como, no corpus analisado, a disputa em torno das designações “impeachment” e “golpe” se estabiliza em configurações discursivas relativamente distintas, nas quais diferentes formas de tematizar a legalidade, a legitimidade e a soberania organizam a interpretação pública do acontecimento. Observou-se, assim, que a nomeação do evento não opera como simples descrição, mas como operador de leitura que orienta a avaliação do processo político e inscreve o episódio em narrativas mais amplas sobre democracia, instituições e participação popular.

Do ponto de vista analítico, os resultados também reforçam a importância da entonação como dimensão organizadora da avaliação social no interior do discurso. Nos enunciados examinados, a orientação valorativa manifesta-se não apenas em declarações explícitas, mas também em escolhas lexicais recorrentes, em construções sintáticas paralelísticas, em metáforas políticas e em diferentes formas de endereçamento ao destinatário coletivo. Esses recursos contribuem para estabilizar determinados modos de interpretar o acontecimento, produzindo efeitos de legitimidade ou ilegitimidade que se articulam ao horizonte histórico e ideológico em que os enunciados circulam.

A disputa em torno das designações “impeachment” e “golpe”, portanto, não se limita à divergência terminológica, mas constitui um caso exemplar de como acontecimentos políticos se tornam objeto de luta discursiva pela definição de seus sentidos. Cada designação organiza uma orientação temático-valorativa própria, por meio da qual o episódio de 2016 é inscrito em narrativas distintas sobre democracia, legalidade e soberania. Nesse processo, a linguagem não apenas reflete posições políticas previamente dadas, mas participa ativamente da construção pública dessas interpretações.

Como desdobramento do estudo, algumas limitações e possibilidades de ampliação devem ser registradas. Em primeiro lugar,

o foco em enunciados institucionais tende a privilegiar posições discursivas mais estabilizadas e coerentes, deixando em segundo plano eventuais dissensos internos ou variações regionais dentro dos próprios partidos. Investigações futuras poderiam ampliar o corpus para incluir outros gêneros discursivos da esfera política, como debates parlamentares, entrevistas ou manifestações de movimentos sociais. Em segundo lugar, estudos de caráter longitudinal poderiam acompanhar a reconfiguração posterior dessas designações no debate público, observando como os sentidos atribuídos a “impeachment” e “golpe” são reatualizados em contextos políticos subsequentes.

Apesar dessas limitações, o material analisado permite afirmar que a crise política de 2016 foi acompanhada por uma intensa disputa discursiva pela interpretação do acontecimento. Ao examinar como essa disputa se manifesta na materialidade linguística dos enunciados partidários, o presente estudo busca contribuir para a compreensão de como conflitos políticos se traduzem em confrontos de sentido no interior da linguagem, e de como diferentes formas de tematizar e avaliar um mesmo evento participam da construção pública de sua legitimidade ou ilegitimidade.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. *Deputado Sóstenes Cavalcante afirma que impeachment “liberta o país de um governo desastroso”*, 2016. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/deputado-sostenes-cavalcante-diz-que-impeachment-liberta-o-pais-de-um-governo-desastroso>. Acesso em: 01 nov., 2025.

AGÊNCIA SENADO. *Caiado defende votação histórica que encerra ciclo do PT*, 2016a.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/25/caiado-defende-votacao-historica-que-encerra-ciclo-do-pt>. Acesso em: 01 nov., 2025.

AGÊNCIA SENADO. *Marcos Rogério: “Com o impeachment, Brasil vira página de crise política”*, 2016b.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/marcos-rogerio-com-o-impeachment-brasil-vira-pagina-de-crise-politica>. Acesso em: 01 nov., 2025.

FERRAZ, Rodrigo Alan Feltrin; BRAIT, Elisabeth. A disputa de sentido entre “impeachment” e “golpe”: uma análise discursiva de enunciados partidários sobre a crise política de 2016. *Revista Intercâmbio*, v.LVII, 73946, 2025. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

AGÊNCIA SENADO. *Wellington Fagundes defende vitalidade para as instituições em votação do impeachment*. 2016c.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/30/fagundes-destaca-necessidade-de-uniao-nacional-e-respeito-as-instituicoes>.

Acesso em: 01 nov., 2025.

AGÊNCIA SENADO. *Magno Malta: “Brasil não vai melhorar, mas vai parar de piorar”*, 2016d.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/30/magno-malta-brasil-nao-vai-melhorar-mas-vai-parar-de-piorar>. Acesso em:

01 nov., 2025.

AGÊNCIA SENADO. *Maurício Quintella defende legalidade do processo de impeachment*, 2016e.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/30/mauricio-quintella-defende-legalidade-do-processo-de-impeachment>. Acesso em:

01 nov., 2025.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

PCdoB. *Unir sempre, dividir jamais*, 2016a.

Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/08/25/unir-sempre-dividir-jamais/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PCdoB. *Nossa elite é pior*, 2016b.

Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/09/09/nossa-elite-e-pior/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PCdoB. *128 dias de golpe: o assalto final*, 2016c.

Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/09/07/128-dias-de-golpe-o-assalto-final/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PSDB. *Página virada*, 2016a.

Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/pagina-virada-por-bruno-covas/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PSDB. *Em dia histórico, Senado decide pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República*, 2016b.

Disponível em: <https://www.psdb.org.br/sc/em-dia-historico-senado-decide-pelo-afastamento-definitivo-de-dilma-rousseff-da-presidencia-da-republica/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

FERRAZ, Rodrigo Alan Feltrin; BRAIT, Elisabeth. A disputa de sentido entre "impeachment" e "golpe": uma análise discursiva de enunciados partidários sobre a crise política de 2016. *Revista Intercâmbio*, v.LVII, 73946, 2025. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

PSDB. *"Um ano livres do PT": análise do ITV, 2017.*

Disponível em: <https://www.psdb.org.br/itv/um-ano-livres-pt-analise-itv/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PT. *Carta da Frente Brasil Popular à Presidenta Dilma Rousseff, 2016a.*

Disponível em: <https://pt.org.br/carta-da-frente-brasil-popular-a-presidenta-dilma-rousseff/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PT. *Manifesto "Em Defesa do Estado Democrático de Direito", 2016b.*

Disponível em: <https://pt.org.br/blog-secretarias/manifesto-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

PT. *Nota do PT sobre admissão do impeachment no Senado, 2016c.*

Disponível em: <http://www.pt.org.br/nota-do-pt-sobre-admissao-do-impeachment-no-senado/>. Acesso em: 01 nov., 2025.

VOLÓCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Recebido: 06/11/2025

Aprovado: 03/03/2026

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente